

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1004808-89.2017.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
Requerente: **Priscila Cristina dos Santos Chiuzuli**
Requerido: **Banana Brasil Eventos Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter deixado veículo de sua propriedade em estacionamento do réu, enquanto participava de um evento por ela promovido.

Alegou ainda que no retorno percebeu que alguns objetos e uma quantia em dinheiro não mais se encontrava no interior do veículo, bem como que a porta do lado esquerdo do veículo mostrava sinais de arrombamento, de modo que almeja à condenação do réu a ressarcir-lhe os danos materiais e morais daí decorrentes.

Transparece incontroverso a participação da autora no evento promovido pelo réu, bem como que a autora deixou seu automóvel no estacionamento por ele administrado, tanto que este ressarciu os danos referente ao


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

arrombamento da porta do veículo da autora.

Quanto aos demais prejuízos, temos que para a reparação deles, em decorrência de furto no veículo estacionado no interior do estacionamento é necessário que a parte autora produza elementos de provas suficientes da ocorrência do evento danoso. Entretanto, procura-se reduzir o módulo da prova, diante da dificuldade de sua produção.

Feitas tais considerações, as provas reunidas nos autos robustecem a versão da demandante.

A autora instruiu a petição inicial com notas fiscais que atestam a aquisição dos produtos furtados (fls.18/19). Além do mais, juntou boletim de ocorrência lavrado na data de 06.05.2017 (fls. 13/17).

Pois bem. Cumpre destacar que, malgrado o boletim de ocorrência traduza a declaração unilateral do depoente, os depoimentos prestados perante a autoridade policial devem ser reputados como verdadeiros, presumindo-se a boa-fé do declarante, até porque se mentisse poderia incorrer no delito de falsa comunicação de crime. Além do que, a unicidade da declaração prestada perante a esfera policial alinha-se em estrita conformidade à versão emprestada na peça vestibular, de sorte que maior credibilidade merece a prova entabulada.

Bem a propósito, confira-se o seguinte precedente, que bem se aplica ao caso dos autos:

“A alegação de que incorreu comprovação do furto de veículo no pátio do estacionamento do supermercado cai por terra principalmente com a 'certidão de não localização de veículo', exarada pelo Depto. Estadual de Investigações Criminais e o boletim de ocorrência, já que este último goza de presunção juris tantum de verdade dos atos jurídicos em geral, de forma que suas conclusões, não infirmadas por antiprova robusta, servem para esteiar a composição do conflito” (TJSP, 1ª Câmara, Ap., j. 06.07.1994, rel. Des. Álvaro Lazzarini, RT 709/83).

Não bastasse isso, a boa-fé da consumidora é presumida, incumbindo a quem aproveita a alegação de má-fé fazer-lhe a respectiva prova. Vale dizer, cabia ao réu provar que a subtração dos objetos do interior do veículo da autora, não ocorreu nas dependências (interior) do estacionamento. Entretanto, precitada assertiva não encontra amparo no conjunto probatório.

É o fornecedor quem detém os meios necessários (ou deveria ter) para afastar a situação de dúvida. Dessa forma, bastava ao réu apresentar


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

fotos ou vídeos da entrada, permanência e da saída do veículo do estacionamento, o que seria simples, se adotasse algumas medidas de segurança para tanto, mas não o fez.

Portanto, na hipótese, o que se vê, é que houve falha no sistema de segurança mantido pelo requerido. A responsabilidade, portanto, decorre dessa falha na segurança do estabelecimento durante o período em que o veículo encontrava-se estacionado no local e, em consequência, implica o dever de indenizar (Súmula 130 do STJ).

O réu, de sua parte, não produziu provas consistentes que se contrapusessem às amealhadas pela autora ou lançou dúvidas concretas sobre elas.

É o que basta para o acolhimento da pretensão deduzida, proclamando a jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo a responsabilidade do proprietário do estacionamento em situações afins:

“Apelação. Ação de indenização por danos morais e materiais, por furto de bens do interior do automóvel em estacionamento da Ré, que não foi infirmado. Obrigação de indenizar materialmente reconhecida. Aplicação da Súmula 130 do STJ. Danos materiais estimados em R\$ 440,00, que devem ser indenizados. Dano moral, contudo, não caracterizado. Recurso não provido”. (TJ-SP, Apelação nº 0006130-96.2012.8.26.0127, 3ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. **JOÃO PAZINE NETO**).

“(…) Responsabilidade civil. Ação de indenização. Alegação de furto de objeto do interior do veículo do autor ocorrido em estacionamento do réu. Responsabilidade do estabelecimento pela guarda do veículo e que se estende aos bens deixados em seu interior. Demonstração de que ausente divisão entre o estacionamento e o hotel demandados. Presença de vigilância no local. Ressarcimento dos danos materiais que era de rigor. Inocorrência, porém, de danos morais, não equiparáveis a mero aborrecimento ou dissabor. Sentença mantida. Recurso principal e recurso adesivo desprovidos.” (TJ-SP, Apelação nº 0274661-54.2009.8.26.0000, 1ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. **CLÁUDIO GODOY**).

“Responsabilidade Civil - Furto de veículo no estacionamento da ré - Dever de guarda e vigilância configurado - Aplicação da Súmula 130 do Superior Tribunal de Justiça - Inocorrência de danos morais, pois ofensa não atingiu direitos da personalidade - Recurso parcialmente provido.” (TJ-SP, Apelação nº 0001514-49.2009.8.26.0009, 6ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. **EDUARDO SÁ PINTO SANDEVILLE**).

Tal orientação aplica-se à espécie dos autos, o que conduz ao acolhimento do pedido inicial em relação ao ressarcimento dos danos materiais.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Nem se diga, por fim, que a autora teria contribuído para o resultado apurado.

A culpa do réu é no caso objetiva e somente seria afastada em caso de culpa exclusiva do autor (art. 14, § 3º, inc. II, do CDC), o que seguramente na hipótese vertente inexistiu.

Já quanto aos danos morais a pretensão não prospera, tendo em vista que eles não ficaram caracterizados.

Sabe-se que a vida em sociedade nos dias de hoje é permeada de transtornos e frustrações, muitas vezes causados por condutas inadequadas de terceiros.

Entretanto, somente aqueles extraordinários, realmente graves e que rendam ensejo a sofrimento profundo que provoque consistente abalo emocional podem dar causa à indenização por danos morais.

A avaliação para saber se isso efetivamente aconteceu não pode depender do entendimento subjetivo de cada um porque se assim fosse bastaria afirmar o intenso sofrimento para que se cristalizasse o dano moral.

Como alternativa dessa ordem não se mostra aceitável, há que se buscar a avaliação do caso concreto, projetando-o para um universo maior e buscando encontrar qual a reação de uma pessoa mediana diante dele.

Se não se tenciona de um lado, por óbvio, minimizar a experiência negativa pela qual passou a autor, imputando-lhe de forma singela o rótulo de "simples aborrecimento", por outro não se lhe empresta relevância tamanha a ponto de dar margem a dano moral, aproximando-se a situação posta muito mais a entreenho que se apresenta no cotidiano de todos nós.

Vislumbro que a espécie dos autos poderia atinar ao descumprimento contratual por parte da ré, o que, porém, não basta para a consideração de que o dano moral teve vez.

O Colendo Superior Tribunal de Justiça já se manifestou nessa direção:

“É certo que o inadimplemento de contrato gera frustração na parte contratante, mas que não se apresenta como suficiente para produzir dano moral, que pressupõe ofensa anormal à personalidade. Assim, para que se entenda que houve conduta desviante da recorrente que pudesse abalar psicicamente a parte de modo significativo, deve-se investigar não o descumprimento contratual per si, mas as circunstâncias que o envolveram, e isso não foi tratado nos autos.” (STJ, no REsp nº 876.527 RJ, Rel. Min. **JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**).

O Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Paulo perfilha o mesmo entendimento, tanto que editou a Súmula nº 06 pelo Conselho Supervisor do Sistema de Juizados Especiais do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, *verbis*:

"Mero inadimplemento contratual, sem circunstâncias específicas e graves que a justifiquem, não dá ensejo a indenização por danos morais".

Essa regra tem lugar aqui, até porque – é relevante observar – o autor não produziu provas consistentes de que tivesse sofrido abalo de vulto a partir da conduta imputada à ré.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar o réu a pagar à autora a quantia de R\$ 5.327,99, acrescida de correção monetária, a partir de maio de 2017 (época do fato em pauta), e juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95. Publique-se e intime-se.

São Carlos, 04 de setembro de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA